

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 48.^a Sessão Ordinária
Realizada em 14 de Maio de 1971 — (Sexta-Feira)

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Rosário Pitelli e Quielse Crisóstomo.

Às 10,00 horas, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva, Domício Scaramella (39); achando-se ausentes, os srs. deputados: Wilson Fortes, Nelson Buffara, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, João Mansur, Muggiati Filho (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n. 60-71.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1971.

Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, Requer que seja feita anotação na ficha funcional do sr. Antônio Alves de Oliveira Neto, um voto de congratulações, em virtude do mesmo ter sido designado para compor a Delegação brasileira

que participará do "Country Review do Brasil", do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso a realizar-se entre 24 do corrente, em Washington, após que seja dada ciência ao referido funcionário deste Poder, que atualmente presta serviço do Ministério do Planejamento, como subsecretário de Orçamento e Finanças.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1.971.

(a) Sebastião Rodrigues Junior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilmo Sr. Diretor do Departamento Estadual do Trânsito, solicitando seja instalado um semáforo na confluência da rua Nossa Senhora Aparecida e esquina da rua General Mário Tourinho, em virtude de nesse local se verificarem inúmeros acidentes, colocando em risco não só pedestres como também proprietários de veículos.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1971.

(a) Domício Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviada solicitação ao excelentíssimo senhor Ministro Cirne Lima, da Agricultura, para que observe, quanto ao novo preço do trigo, no mercado interno, o aumento do custo operacional, que já se elevou em 23 por cento.

A estimativa da produção agrícola nacional, no setor do trigo, estipula um aumento de 20%, sendo que, somente no nosso Estado esta quantia será dobrada com a ampliação da sua área global de plantio.

Se estes dados nos envaidecem, por outro lado também são motivos de preocupações, caso o novo preço do cereal não condizer com a realidade imperante, como é o caso da alta do custo operacional e outros fatores.

A iniciativa governamental em preparar um decreto, visando dar condições para o estabelecimento de um coeficiente único para a fixação dos percentuais de aumento, é medida das mais louváveis, desde que estimule os plantadores do ramo, com preços condizentes com a situação atual, integrando-o na suas condições ideais de prosperidade econômica.

A prova maior da dificuldade em estipular o citado coeficiente, está no próprio Conselho Interministerial de Preços, que possui vários estudos com inúmeras diferenças de preços, apontados pela Fundação Getúlio Vargas e outros órgãos governamentais, motivo pelo qual a medida provoca preocupações.

Solicitamos, outrossim, seja enviada cópia deste Requerimento ao Presidente da Fundação IBGE, que está a cargo para restabelecer o citado coeficiente único.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1.971.

(a) Nivaldo Krüger

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviada sugestão deste Poder Legislativo ao digníssimo senhor Governador do Estado, para que seja incluído no plano de expansão da COPEL, a extensão da rede elétrica aos distritos de Palmeirinha, Turvo e destes aos municípios de Pitaínga e Manoel Ribas.

A região está em fase de transformação econômica em virtude da ex-

linção dos mananciais florestais e sua população, na maior parte, vive em função daquela atividade, que, em pouco tempo, se extinguirá.

A eletrificação proposta, se impõe como medida fundamental para a região se firmar em novas atividades.

A estimativa de consumo para as citadas regiões é grande, haja visto que, somente no município de Pitanga, foi previsto a absorção de 715.427 KWh, subdivididos em 429.427 kwh para uso residencial, 172.427 kwh para trabalhos industriais e 113.160 kwh para outras funções.

Já para Manoel Ribas é previsto um consumo de 91.250 kwh, num total de 305 consumidores, atualmente.

Vê-se, por conseguinte que a extensão dos fios da COPEL para as regiões acima especificadas virá, num total geral, atender a aproximadamente mil pessoas que consumirão mais de 900.000 kwh.

Verifica-se que este consumo de energia elétrica, será imediatamente superior em relação à população das regiões, que atualmente não usufruem do mesmo.

As populações dos municípios de Manoel Ribas, e Pitanga, somados aos distritos de Palmeirinha e Turvo, ascendem a mais de 90 mil habitantes, sendo que somente na sede do município de Pitanga existem mais de 5 mil. Esta região está descoberta dos investimentos de infraestrutura, apesar de contribuir a mais de um século para o progresso de nosso Estado. É preciso evitar o depauperamento local que já se encontra em estágio avançado.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1971.

(a) Nivaldo Krüger

REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, na forma do Regimento Interno, a retirada da Ordem do Dia, por 20 (vinte) sessões do Projeto de Lei n. 178-70.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1971.

(a) Ovídio Franzoni

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 64-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Os funcionários públicos do Estado, civis e militares, bem como os servidores de entidades paraestatais ou de economia mista, que obtiverem matrícula na Escola Superior de Guerra, ficarão dispensados de suas funções, sem prejuízo dos vencimentos e suas vantagens durante o respectivo curso.

Artigo 2.º — Os matriculados receberão mensalmente, ainda, a título de ajuda de custo, uma gratificação igual a 3 (três) vezes aos vencimentos e vantagens de cada um.

Artigo 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de maio de 1971.

(a) Erondy Silvério

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença do dr. Lauro do Rêgo Barros, ex-Secretário de Educação e Cultura e Juiz do Tribunal de Contas do Estado.

Está livre a palavra no Pequeno Expediente. Não havendo quem dela queira fazer uso, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao sr. deputado Ivo Tomazoni, inscrito.

O SR. IVO TOMAZONI — Declino da palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Belirati.

Não se achando no Plenário, concedo a palavra ao sr. deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná atrai para si, nos dias em que vivemos, toda a atenção do povo paranaense e, diria mesmo, a atenção do Brasil. Isto porque pesa sobre os ombros desta Casa a formidável responsabilidade de apreciar a emenda Constitucional enviada ao Poder Legislativo, há alguns dias, por S. Exa. o governador Haroldo Leon Peres. Emenda que por si só traz em seu bojo, motivos e razões de grandes discussões, razões e motivos de grandes apreensões por aqueles que, vivendo neste Estado, têm interesse, não apenas no seu crescimento econômico, no seu desenvolvimento social, mas também vêem com olhos carinhosos as instituições que o regem. E, dentre as leis que regulamentam a vida paranaense, sem sombra de dúvida a Constituição do Estado é a mais importante de todas. Não apenas porque trata de todos os Poderes, das suas atribuições, da sua independência e de sua harmonia, mas também porque a Constituição do Paraná, nos seus lineamentos básicos, dá as diretrizes de atuação do Poder Público em todo o território paranaense. Carta política que foi reformada no ano passado, em função de imperativo de ordem superior; como foram, naquela ocasião, reformadas todas as Cartas políticas dos Estados que compõem a federação brasileira.

Nesta época, entretanto, apenas o Estado do Paraná tem uma proposta de reforma a Constituição. Os demais Estados estão sendo governados pelas Constituições que vigoraram no ano anterior.

Nenhum governador eleito pela Assembléia Legislativa, após indicação de seu partido e aval de S. Exa. o sr. Presidente da República, sentiu necessidade, para governar o seu Estado, de uma reforma na Constituição.

Apenas o Paraná.

O Governador do Estado do Paraná entendeu, no seu alto descortínio jurídico, advogado e jurista que é, que a Constituição vigente no Estado não apenas continha e colidia com os ditames da Constituição Federal, mas, sobretudo, impedia, segundo o texto de sua mensagem, a possibilidade de uma reforma administrativa que lhe desse condições de implantar um plano de trabalho racional e exequível.

Mandou assim S. Exa., a esta Casa, a emenda consubstanciada na Proposição n. 15-71. Antes disto, esta Assembléia, através de um Projeto de Resolução, proposto pela sua Comissão Executiva, alterou o Regimento Interno, na parte que se referia a tramitação de emenda constitucional. Projeto de Resolução este que reduziu os prazos de apresentação de emenda em Plenário; que apresentou mais uma mudança que considero importante, reduzindo o número dos Deputados integrantes da Comissão Especial, de 15 para 5. Entendendo, naturalmente, que cinco poderiam, com maior propriedade e melhor acuidade, examinar o texto constitucional.

Foi aprovado o Projeto de Resolução.

Logo em seguida, deu entrada a esta Casa a proposta de emenda.

Evidentemente, existe um nexos causal entre o Projeto de Resolução e a proposta de emenda.

Demonstra este fato que deseja o sr. Governador do Estado aprovar, o quanto antes, a emenda constitucional, sob nossa apreciação.

Longe deste orador tecer críticas profundas, ou estudos demorados, sobre a emenda que temos em mãos. Entretanto, a nossa responsabilidade de legislador, nesta Casa, nos chama a esta tribuna, no Grande Expediente. Não esperávamos, sr. Presidente, srs. Deputados, fazer uso da palavra, ho-

je, sobre este assunto tão importante. Entretanto, as inscrições nos levaram a este fato. A responsabilidade nos diz que devemos nos manifestar com a profundidade que a nossa humildade permite, dentro da emenda constitucional, porque esta Casa não pode aprovar sem conhecer, votar sem ser alertada para os graves problemas que essa emenda, em alguns dos seus artigos, vai trazer para a vida institucional do Estado do Paraná. Se a apreensão é dos Deputados, a apreensão também é dos demais poderes do Estado do Paraná.

No Tribunal de Justiça, — e o Deputado que fôr lá vai constatar esse fato, — a apreensão é muito grande. A conversa é só sobre a emenda constitucional e as divergências também são grandes.

No Ministério Público existe quase que um clima de patetismo diante daquilo que contém a emenda, no que se refere ao Ministério Público, porque quebra, porque leva por terra, porque destrói totalmente uma conquista de vários e vários anos da classe dos promotores públicos do Estado. Conquista que não foi só dos promotores do Estado do Paraná, mas conquista que tem sido do Ministério Público de todo o Brasil, conquista preconizada pelos estudiosos de direito, por aqueles que se debruçam sobre os livros e estudam em profundidade as razões, as finalidades, os motivos da existência do promotor público, como representante da sociedade no processo penal, ou no processo civil. Todos aqueles que passaram pelos bancos de uma Faculdade de Direito, que receberam as aulas dos mestres desse campo, não de ter ainda presente na sua alma e no seu coração os ensinamentos com relação à independência dos poderes, onde se afirma nos livros de direito e nas salas de aula, que o regime democrático só sobrevive, só tem condições de florestar na medida em que o Tribunal de Justiça puder julgar, com independência, na medida em que os Juizes possam analisar os feitos que lhe vão às mãos, com a consciência tranquila, sem nenhuma pressão. Mas dentro desses meios a figura do Promotor, a figura do Ministério Público, é a mais importante. Cabe a ele a defesa da sociedade, da lei, daqueles que não têm condições para ingressar em juízo e, por isso, com sabedoria, em grande parte dos Estados da Federação brasileira, como no Paraná, o Ministério Público constitui-se numa entidade autônoma. Livre da ingerência política, livre das pressões de qualquer ordem ou de qualquer natureza. Infelizmente, com essa emenda, vamos dar um retrocesso, um passo atrás, subordinando o Ministério Público a Secretaria do Interior e Justiça. Tirando a expressão que é o escudo do Ministério Público: O Ministério Público é instituição autônoma.

A emenda pretende jogar por terra o instituto da inamovibilidade dos promotores. Evidentemente, a emenda constitucional nesse seu artigo é inconstitucional, em face do que contém a Constituição Federal. Mas até ser arguida a inconstitucionalidade desse artigo, muita coisa pode ocorrer na carreira do Ministério Público, porque joga-se o promotor na vala comum dos Delegados de Polícia. E se o delegado de polícia de carreira, tinha a grande reivindicação de ser equiparado, para efeito de garantia, para efeito de inamovibilidade aos promotores, hoje ocorre o contrário. Os promotores são equiparados ao Delegado de Polícia: por uma representação do Procurador Geral do Estado ao Secretário do Interior e Justiça. Desta maneira um promotor poderá ser removido. Com referência a independência da representação da apelação em júri criminal quando se tratar de uma figura importante, esta independência tão acalentada e tão defendida não mais existirá com esta emenda que estamos examinando.

Entretanto, sr. Presidente, srs. Deputados, desejo, em rápidas palavras, fazer uma análise sucinta daquilo que lendo, estudando e pesquisando entendio que poderia dizer sobre esta emenda nesta manhã na Assembléia Legislativa do Estado.

Disse S. Exa. o Governador Haroldo Leon Peres que deseja corrigir com a emenda que temos em mãos, problemas da Constituição anterior que

conflitam, e que trazem inconstitucionalidade por conflitarem com a Constituição Federal.

Desta forma ele coloca em jogo os ex-Deputados, aqueles que na Legislatura anterior votaram, apreciaram e discutiram a atual Constituição do Estado.

Será que esses Deputados que votaram, que estudaram, que pesquisaram e que deram ao Paraná uma Constituição democrática, não tinham capacidade, não tinham condições de estudar esta Constituição?

Não acredito, porque esta Constituição foi elaborada por um grupo de técnicos em Direito Constitucional, desembargadores Munhoz de Mello, Ary Florêncio Guimarães, Ronald Accioli da Costa. Essa Comissão ouviu o próprio Poder Legislativo, que colocou à sua disposição alguns funcionários; essa Comissão ouviu o Tribunal de Justiça; essa Comissão ouviu e teve como redator, apesar de não constar oficialmente, dois eminentes promotores públicos, um dos quais o atual Procurador Geral da Justiça, o professor Ivan Righi e Luiz Alberto Machado, seguindo a orientação da Constituição. Desse modo é que foi elaborada a Constituição que aqui está e que hoje se diz conflitar flagrantemente com a Constituição Federal.

Entretanto, se é válida esta afirmação o projeto de emenda que nos vem às mãos também contém erros, erros jurídicos porque não a adapta totalmente à Constituição Federal; erros até de redação; erros quando faz referência a artigos da Constituição Federal. O artigo 42, parágrafo 2.º da Emenda, remete ao parágrafo 6.º do artigo 13 da Constituição Federal, quando este artigo 13 da Constituição Federal, na realidade, não tem parágrafo e sim um inciso. Então aqueles que dizem que a Constituição de hoje não está bem elaborada também cometeram muitos erros, erros até de técnica de elaboração de lei.

Outro problema grave que continha a Constituição Estadual anterior, que contém a atual, mas que a emenda em seu interesse de solucionar o problema legislativo também não resolveu, é o problema da confusão que existe e tem gerado um duplo legislativo, relativamente a expressão "sessão legislativa" — sessão compreendida como período legislativo e sessão compreendida por reunião.

A própria emenda faz confusão em mais de quinze de seus artigos. Tratando como sessão a uma reunião como esta e tratando como sessão a um período legislativo. Os técnicos em Direito Constitucional entendem que sessão é o período legislativo. Uma legislatura será, portanto, composta de quatro sessões e cada sessão será composta de tantas reuniões quantas houver no seu decorrer. A emenda constitucional, e para isto eu chamo a atenção da Casa, continua a manter a mesma confusão. E poderá ser agora, neste episódio de reforma constitucional, levantado um grande problema, porque a Constituição vigente, mantendo esta confusão diz que a Emenda Constitucional será votada em duas sessões, duas sessões como? Dois períodos, duas sessões. Portanto, ête ano ou no próximo ano? Muitos podem entender desta forma, apesar de, evidentemente, conflitar com outros artigos da Constituição que diz: que esta Assembléia tem prazo de 60 dias para apresentar a emenda. Entretanto, se sessão fôr entendida como período legislativo, nós jamais poderemos aprovar apenas neste ano em duas sessões reuniões, o texto da Constituição do Estado do Paraná. Além disso, sr. Presidente e srs. Deputados, a emenda, como muitos Deputados já afirmaram e disseram, investe violentamente contra a independência dos Poderes, não apenas lhes tirando a independência econômica, que é vital ao desenvolvimento das demais atividades, independente através do Artigo 38. subordinando o Poder Legislativo e o Poder Judiciário ao esquema de caixa da Secretaria da Fazenda, como se esta Assembléia e o Poder Judiciário fôssem Departamentos do Estado e precisassem aguardar a boa vontade do Poder Executivo para receber o que é devido a êste Poder e ao Poder Ju-

diciário. Mas, não apenas aqui a emenda investe contra o Poder Legislativo.

O Artigo 21 da atual Constituição Estadual diz o seguinte: Compete à Assembléa Legislativa, com a sanção do Governador, item 4.o, aprovar taxas ou tarifas de serviços públicos estaduais. A emenda suprime este item. Não competirá mais a esta Assembléa, aprovada a emenda, aprovar taxas e tarifas de serviços públicos estaduais. Além disso, sr. Presidente, srs. Deputados, o Artigo 22, inciso 10, diz que além do disposto no Artigo 16, compete exclusivamente à Assembléa Legislativa, suspender a execução, no todo ou em parte, da lei ou decreto estadual ou municipal, cuja inconstitucionalidade haja sido declarada por decisão definitiva do Tribunal de Justiça, e estende à Assembléa Legislativa, a faculdade de suspender a execução, no todo ou em parte, de decreto ou de lei considerada inconstitucional. A emenda constitucional mantém este item apenas com uma ressalva, apenas com a retirada de duas palavras importantes, mas de grande profundidade e de grande responsabilidade, porque diz que a Assembléa Legislativa poderá suspender a execução apenas de leis consideradas inconstitucionais e não de decreto considerado inconstitucional. Portanto, os decretos do sr. Governador, daqui para a frente, estarão livres de vícios de inconstitucionalidade, apenas as leis votadas por esta Casa, poderão amanhã ou depois, serem tachadas de inconstitucionais. Mas os decretos estarão livres da fiscalização de inconstitucionalidade. O Poder Judiciário é livre da possibilidade de suspensão de sua execução, do Poder Judiciário.

Além disso, neste mesmo item, ele tira, a emenda retira a possibilidade de suspensão de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. é um golpe de mrote, é uma machadada na cabeça do Poder Legislativo e do próprio Poder Judiciário.

Além disso, sr. Presidente e srs. Deputados, o Artigo 26 — n. 8 da emenda, traz uma inovação quando diz:

“As Leis complementares da Constituição, serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Assembléa, observados os demais termos da votação desta lei ordinária.

Parágrafo único: Considera-se leis complementares entre outras — n. 8 — as leis sobre técnica do processo legislativo, é uma inovação na Constituição Estadual. Lei sobre técnica de processo administrativo”.

Aprovada esta emenda, não demorará muito que aporte a esta Casa, uma mensagem do Poder Executivo tratando de Leis sobre técnica do Poder Legislativo e que poderá ser aprovada por maioria absoluta.

Isso, sr. Presidente, srs. Deputados, ocorreu no Estado de São Paulo, e o Gabinete de Assistência Técnica desta Casa, tem um monstro jurídico de S. Paulo, que é a lei sobre processo administrativo encaminhado pelo ex-Governador Abreu Sodré, que tolhe totalmente o funcionamento livre do Poder Legislativo daquele Estado. E o Paraná com esta emenda vai correr o mesmo risco, quando ver chegar a esta Casa, uma lei sobre técnica do nosso Legislativo, alterando fundamentalmente, a competência de tramitação, de quorum da próprio Assembléa.

Estamos entregando portanto, aquilo que os nossos antecessores e antepassados conquistaram com tanto sacrifício, independência e respeito para este Poder Legislativo.

Estamos dando não para nós, não para o governador Haroldo Leon Peres, que acredito, seja um homem sensato, seja um homem que quer o bem do nosso Estado, mas estamos entregando para o futuro Governador. E não sabemos qual seja a sorte desta Casa de Leis, não sabemos do nosso futuro, estamos entregando a cabeça por antecipação, nas mãos do futuro chefe do Poder Executivo.

Com relação ao artigo 38 da Emenda, acredito que não necessito, não preciso fazer comentários, porque tira a independência financeira, porque

tira autonomia dêste órgão e do Poder Judiciário, sob o pretexto evidentemente, de adaptar a Constituição Estadual à Constituição Federal.

Evidentemente, eu não viria aqui dizer que êste Artigo 38 não copia "ipses litteres" aquilo que tem a Constituição Federal.

Entretanto, neste caso, S. Exa. o sr. Governador do Estado, ou quem elaborou a mensagem, copia o que diz a Constituição mas em outros casos, quando se trata de dar independência a outros poderes, êle não os copia, quando se trata de autorizar o Tribunal de Contas a julgar contas municipais, êle não as copia; quando se trata de dar um quadro próprio ao Tribunal de Contas, êle não a copia; quando se trata de dar garantias ao Tribunal de Contas, aos seus conselheiros, êle também não os copia. Copia apenas, na parte que interessa ao Poder Executivo, o seu fortalecimento. Mas, na divisão dos Poderes, no fortalecimento dos outros Poderes, faz-se vista morta. Finge-se que não toca, para que não se precise colocar dentro da Constituição.

Outro golpe de morte no Poder Legislativo. Retira desta Assembléia, a possibilidade de apreciação das suas próprias contas, por uma comissão própria e técnica.

Art. 38, § 6.º. A Comissão Técnica da Assembléia Legislativa apreciará as contas do Poder Legislativo, dando ciência ao Tribunal de Contas". Porque todos os srs. Deputados sabem que o Tribunal de Contas é considerado um órgão auxiliar desta Assembléia. Portanto, jamais êste Poder poderia, sem perda da sua independência, prestar contas ao seu órgão auxiliar. Êle é que deve prestar conta a Assembléia Legislativa. Êste Poder é independente. E uma das causas, das razões da sua independência é a possibilidade de sua Comissão Técnica própria analisar a prestação de contas da Comissão Executiva.

Êste parágrafo 6.º do artigo 38, é pura e simplesmente suprimido da Emenda Constitucional. O Poder Legislativo vai prestar contas ao Tribunal de Contas, como o Departamento de Estradas de Rodagem, como o Instituto de Previdência. Ou, muito pior que o Instituto; fica em situação mais difícil do que as próprias fundações e companhias mistas. Porque esta recebe o orçamento total e presta contas apenas no fim do ano. Êste Poder, se continuar com a aprovação do artigo 6.º, terá de prestar contas ao Tribunal de Contas. E nós, seus integrantes, os Deputados, não teremos a oportunidade de verificar e de aprovar as contas da nossa Comissão Executiva.

Portanto, percebe esta Assembléia, com meridiana clareza, que existe alguma pré-disposição dentro desta Emenda, contra o Poder Legislativo e contra o Poder Judiciário — como vamos analisar um pouco mais à frente. Por que retirar desta Casa, a possibilidade de verificar o acêrto ou não das suas próprias contas? Será que existe alguma suspeição por parte do Poder Executivo, com relação à honorabilidade dos homens que aqui estão? Será que a Comissão Executiva desta Casa não tem o respeito do Poder Executivo?

Eu acredito que êste parágrafo 6.º, do artigo 38, é uma das garantias de independência também do Poder Legislativo. Foi pura e simplesmente não olhado, ignorado e até repudiado.

O Artigo 72 da Constituição Federal, quando trata do Tribunal de Contas da União, lhe confere a possibilidade de ter o seu quadro próprio de funcionários. Todos sabemos que na hora em que êste Poder Legislativo não tiver condições de nomear, de escolher, de prover os seus próprios quadros funcionais, êste Poder Legislativo perderá muito. No instante em que o Tribunal de Justiça não puder nomear, prover os seus próprios quadros funcionais, o Poder Judiciário estará entregando a quem quer que seja uma das suas atribuições fundamentais. O Tribunal de Contas é um órgão técnico, é um órgão que, pela Constituição do Estado, tem atribui-

ções e responsabilidade das maiores e precisa, em consequência disto, ter um quadro de técnicos especialistas, contadores, engenheiros, juristas, gente que entenda para poder decidir, instruir o processo pela atual Constituição. De acôrdo com o artigo 72 da Constituição Federal, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná tem o seu quadro próprio. Pela Emenda Constitucional que se diz querer copiar o dispositivo da Constituição Federal, é retirado, através do artigo 41, o quadro próprio do Tribunal de Contas.

É uma investida das mais graves contra a independência daquele órgão para julgar as contas do próprio Governo do Estado e dos responsáveis pelas contas públicas do Estado. Porque o Governador do Estado, com a aprovação desta emenda, poderá remover funcionários do Tribunal de Contas, poderá nomear outros funcionários, poder tirar funcionários que exerçam cargos de responsabilidade e lá colocar quem bem ele quiser e desejar, na forma de seus interesses, talvez pessoais, dos interesses de seus amigos, talvez não muito corretos e nem sempre morais. É um golpe também de morte contra o Tribunal de Contas, dado ao lado de tantos outros que vamos aqui apreciar.

O artigo 41, § 2.º da Emenda diz que lei ordinária fixará o número de Conselheiros do Tribunal de Contas. A atual Constituição do Estado, obedecendo a Constituição Federal no seu limite máximo, fixa o número de conselheiros em sete. Fixa constitucionalmente. A emenda constitucional não fala em número de conselheiros do Tribunal de Contas. Diz que uma lei ordinária irá fixar este número. Estamos, portanto, diante de uma possibilidade que se nos afigura negra de aportar a esta Assembléia uma lei ordinária fixando em 3, 4 ou 5 o número de conselheiros do Tribunal de Contas e os demais conselheiros irão para a disponibilidade, ganhando aquilo que ganham, tendo revisão de seus proventos quando houver revisão de proventos para os que estão em atividade. Portanto, a ele não interessa que se reduza o numero. Sorte daquele fôr para a disponibilidade, porque não terá mais impedimentos legais que tem, que são iguais aos dos desembargadores. Pela Constituição continuarão ganhando a mesma coisa que ganhavam na atividade. Mas o Governador do Estado poderá deixar pendente sobre as cabeças dos conselheiros do Tribunal de Contas uma espada das mais afiadas e ponteagudas. No instante em que seus interesses forem contrariados naquela Corte, pura e simplesmente enviará uma mensagem fixando em quatro o número de conselheiros. E três conselheiros estarão com a cabeça na guilhotina enquanto não fôr aprovada emenda, ou projeto de lei, que S. Exa. encaminhar a esta Casa Legislativa.

Aqui também é mais uma investida do Poder Executivo.

Além disso, sr. Presidente, srs. Deputados, o artigo n. 40, da atual Constituição do Estado, diz: "O Tribunal de Contas, com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o território estadual, compor-se-á da sete conselheiros". E o §6.º, do referido artigo, diz: "O Tribunal de Contas julgará e dará registro "a priori", no prazo de trinta dias, a todos os atos e contratos que importarem em ônus para o Estado, bem como às operações de crédito realizadas pelo Estado e Municípios".

Já o § 7.º, do artigo n. 40, diz: "Os atos e contratos de que cuida o parágrafo anterior, só serão considerados perfeitos e acabados depois de registrados; a recusa do registro suspenderá a execução do contrato, até pronunciamento da Assembléia Legislativa".

Os § 6.º e 7.º, pura e simplesmente, são excluídos da emenda constitucional. O registro "a priori" dos atos e contratos onerosos, no Tribunal de Contas, é uma garantia que o Poder Executivo tem para legalidade de seus contratos, para execução, de acôrdo com a lei e com a consciência tranquila, dos contratos e atos onerosos que houver.

Ney Braga governou com o registro "a priori", e construiu o Paraná que todos vemos.

Paulo Pimentel governou com registro a "priori" e varou o Estado do Paraná e de estradas asfaltadas.

Jamais, nenhum dêles se queixou que o registro "a priori", no Tribunal de Contas, viesse a emperrar sua administração. Pelo contrário, ambos sempre entenderam que o registro "a priori" era uma garantia para seus atos, era um respaldo perante a opinião pública, era a garantia também dos próprios empreiteiros que contratam com o Poder Executivo.

Sem o registro "a priori", sr. Presidente, srs. Deputados, o Chefe do Poder Executivo poderá halterar a seu talante, a seu bel prazer, qualquer contrato, no instante que desejar, porque, apenas depois na hora da execução, é que o registro será feito, "a posteriori".

Portanto, não entendemos não vemos porque, não concebemos, possa o sr. Governador do Estado desejar tirar da Carta Constitucional a obrigatoriedade do registro "a priori".

Este é um golpe contra o Tribunal de Contas e, ao mesmo tempo, contra esta Assembléia Legislativa. Porque, o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa.

E o § 7.º, do artigo 40, diz que a recusa do registro suspenderá a execução do contrato, até pronunciamento da Assembléia Legislativa.

Portanto, a Assembléia Legislativa tinha mais um poder, dentro da Constituição, apreciar a recusa do registro "a priori" que o Governo do Estado mandasse ao Tribunal de Contas. Tira-se também a possibilidade de análise de sua negação; a possibilidade de análise dêste contrato que foi negado pelo Tribunal de Contas.

Enquanto tudo isso ocorre na Emenda Constitucional, enquanto os poderes da Assembléia são diminuídos, os poderes do Tribunal de Justiça também são diminuídos, o Tribunal de Contas é praticamente arrazado, tornando cinza, os poderes do Governador do Estado estão cada vez mais aumentando.

A possibilidade de nomeação dos cartórios, pelo artigo 47, item 5 da emenda, retorna ao Governo do Estado. Entretanto, o Tribunal de Justiça, hoje é que vem tomando essa iniciativa, de acordo com as leis vigentes.

Além disso, mais um poder é dado ao sr. Governador do Estado. Através do artigo 47, n.º 22, da Emenda, tem o Governador o poder de criar, através de decreto, regiões metropolitanas, ao lado das grandes cidades do Paraná. Através de decreto, S. Exa. criará essas regiões metropolitanas. Eu não entendi bem qual a razão útil, o objetivo principal dêste item do artigo 47, mas resta, com certeza, apenas uma coisa, é que enquanto os outros poderes diminuem, o poder do Chefe do Poder Executivo está aumentando.

Além disso, no artigo 54, parágrafo único, nós vemos mais um aumento de poderes do Chefe do Executivo. Parágrafo único, tratando da segurança pública: "nos casos de iminente perturbação da ordem, ou de calamidade pública, qualquer órgão ou elemento da Polícia Civil ou Militar, poderá ser utilizado em missão que o Governo determinar".

Jamais constou isso da Constituição Estadual, porque sempre se entendeu que a Polícia Militar e Civil estivessem nos momentos de crise e perturbação da ordem, à disposição do Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, que é o Chefe imediato das Forças Militares do Estado do Paraná. Hoje neste caso, a Polícia Militar prestará obediência direta, total e imediata ao Chefe do Poder Executivo, quando nós sabemos que, por um dispositivo de decreto lei, do Presidente da República, o Comandante da Polícia Militar é um oficial do Exército Nacional e a Polícia Militar do Estado do Paraná é considerada órgão auxiliar das forças armadas. S. Exa., o sr. Governador do Estado, ignorando essa legislação, traz para si a possibilidade de determinação da Polícia Militar e da Polícia Civil,

exatamente nos casos de perturbação da ordem e calamidade pública, casos onde a segurança nacional comumente, tem interesse e, portanto, a Polícia Militar deveria se entrosar com o Exército Nacional para dar o auxílio dessa Corporação, na medida que fôsse e que são necessários.

Além disso, nesse parágrafo, mais um erro de redação da Constituição, falando de Polícia Civil, quando na frente, em outro parágrafo, em que trata da segurança do Estado, a Emenda abole a palavra "civil" — no Estado teremos a Polícia Militar e a Polícia considerada Civil, enquanto lá não trata da Polícia Civil aqui trata da Polícia Militar e Polícia Civil. Mais um aumento de poderes do Governo do Estado.

Com relação ao Ministério Público, srs. Deputados já teci algumas considerações. Entretanto, o Ministério Público é um caso especial porque se existe instituição prejudicada, desmoralizada, quase que liquidada pela emenda constitucional é o Ministério Público.

A Constituição vigorante diz que o Ministério Público "é instituição autônoma e compõe-se dos seguintes órgãos". A Emenda Constitucional diz que o Ministério Público "é integrada à Secretaria de Justiça e compõe-se dos seguintes órgãos". Acabou-se a autonomia do Ministério Público.

Além disto, não apenas com relação a autonomia, mais um golpe foi dado contra o Ministério Público. O artigo 57, parágrafo 3.º possibilita dar ao Procurador Geral da República a faculdade de representar perante o Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal de Justiça pela inconstitucionalidade de leis, atos estaduais ou municipais. A Emenda Constitucional retira do Chefe do Ministério Público a faculdade de representação pela inconstitucionalidade das leis e transfere esta faculdade para o Consultor Geral do Estado, que é o chefe dos advogados do Estado do Paraná.

Onde está o problema desta mudança que é sutil? No caso de exoneração do Procurador Geral da Justiça quem assume seu lugar é o procurador mais antigo.

O Consultor Geral do Estado, como é do conhecimento de todos é um cargo de confiança do sr. Governador. Não precisa ele pertencer aos quadros funcionais do Estado, pode ser qualquer advogado do Estado do Paraná.

Tirando do Procurador a possibilidade de representação por inconstitucionalidade da lei e transferindo para o Consultor Geral o que vemos? Um cargo político com a faculdade de analisar a inconstitucionalidade das leis que às vezes, conflitam com os interesses do Chefe do Poder Executivo.

No instante em que o Consultor Geral, obedecendo sua consciência, representar pela inconstitucionalidade de uma lei enviada a esta Casa, o Chefe do Poder Executivo pura e simplesmente o exonerará e colocará em seu lugar alguém que vai tirar do Tribunal de Justiça esta representação feita e que contraria o Chefe do Poder Executivo.

Este é mais um golpe de morte no Ministério Público.

Mas, o que é mais grave, sr. Presidente, srs. Deputados, no que se relaciona ao Ministério Público é o que contém o artigo 58, no seu item 6.º — a inamovibilidade. A inamovibilidade é um instituto consagrado pela Constituição Federal e uma conquista, como já disse no início de meu pronunciamento, de anos e anos de trabalho dentro deste país e fora deste país.

"A inamovibilidade, diz o item 6.º, do artigo 58, salvo de representação do Procurador Geral da Justiça, ao Secretário do Interior e Justiça, com fundamento em conveniência de serviço".

"Conveniência de serviço" — no instante em que o líder político, detentor do comando político de uma região, se incompatibilizar com o Promotor Público porque este representou contra um companheiro seu, no instante em que este líder político, que tiver força com o Governo do Estado, tiver condições de mover o Governo do Estado, no instante em que este líder, este deputado, este prefeito este vereador ou o amigo do vereador desejar a remoção de um promotor, ele conversa com o Procurador Geral da Justiça

e. através de uma representação d'este Procurador, o Secretário do Interior e Justiça poderá providenciar a remoção do promotor.

O sr. Sebastião Rodrigues — Nobre Deputado, V. Exa. traçou dessa tribuna um quadro trágico, com a realidade que nós iremos viver neste Estado após a aprovação da emenda constitucional, emenda que por ironia, foi publicada no avulso das reformas por atacado, submete o Ministério Público, cerceia o Judiciário, cria condições de pressão sobre o Tribunal de Contas e tira, o que é ainda mais grave, a autonomia do Poder Legislativo. Estranho que um Governo que ainda não teve condições de nomear a maior parte de seus auxiliares num cargo maior importância, pretende chamar a si, já no início de sua administração, o direito de nomear cartorários. Mas o que estranho acima de tudo nobre Deputado, é que esta emenda tenha sido proposta por homens que como bem disse V. Exa., passaram por uma Faculdade de Direito e ali juraram e ali se comprometeram a amar o Direito, a lutar pela realização do Direito. Uma das bases fundamentais do Direito é o limite à autonomia dos Poderes. Esta Constituição emendada ficará neste Estado como testemunha da convicção discricionária dos homens, que nesta época comandam o poder estadual, ficará como uma lembrança triste a manchar este período governamental. O futuro, os filhos daqueles homens que hoje mandam nesta Casa, irão julgá-los, eu não tenho dúvidas qual o veredictum d'este julgamento, porque, na verdade é a irveja do Governador que quer também dispor de um ato inconstitucional. Esta é a pretensão da emenda que submete o Poder Legislativo, emenda que estrangula, coloca tudo nas mãos do Poder Executivo do Estado.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Eu agradeço, prezado deputado Sebastião Rodrigues, o aparte de V. Exa. ao meu modesto pronunciamento, pronunciamento feito como percebem os srs. Deputados, calçado no texto constitucional, com isenção de ânimo, objetivando apenas esclarecer a mim e aqueles que porventura me honrem com a sua atenção, a respeito do texto constitucional porque entendo que a responsabilidade que pesa sobre os ombros desta Casa, é a maior que já recebemos nesta legislatura e nas legislaturas anteriores, porque vamos votar uma Emenda que ninguém pediu, que o Governo Federal não exigiu, mas que é a vontade apenas do Governador do Estado do Paraná e está colocando em choque a autonomia e a independência do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. E nós sentimos, quem sabe pelo entusiasmo de moço quem sabe, pelo idealismo exagerado, que esta é a grande hora do Poder Legislativo que já foi muitas vezes desmoralizado contra o qual muita coisa já se disse de verdade.

Composto de políticos, políticos que às vezes, em certas épocas, da política nacional, têm vergonha de dizer que são Deputados Estaduais. Mas esta é a hora de nós nos afirmarmos, de deixarmos os nossos interesses eleitorais atrás de nós, e de irmos atrás de nomeações de Delegados de Polícia de remoção de professores, de designação de diretores de Grupos. Trata-se da Emenda Constitucional do Estado do Paraná, neste instante, mesmo que periclite a reeleição de quem quer que seja, devemos ter a dignidade, devemos ter a hombridade de discutir com altanaria aquilo que aqui está. S. Exa. o sr. Governador Haroldo Leon Peres, há de entender a nossa posição, seus discursos estão aí nos Anais da Casa, um homem independente que construiu sua vida pública na oposição ao Governo do Estado.

Quantas datas memoráveis quando aqui trouxe, Amaury de Oliveira e Silva, Luiz Alberto Dalcanalle, Rubens Requião e tantos outros, que vinham debater sem curvar sua espinha diante da imposição do Poder Executivo.

Hoje, é a nossa vez, é a nossa geração que está em jogo, nós teremos sim, se formos candidatos à reeleição, de ir pedir votos no interior do Estado, nas nossas regies, mas vamos com a cabeça erguida, pedir um voto de

confiança para quem compreende e tem o dever de legislar. É o momento histórico que estamos vivendo.

Vem daí, o meu apêlo não para que se recuse a Emenda, não para que apresentem emendas, mas para que a estudem para que a analisem, para que pensem na sua casa na presença do seu filho, no instante em que êle quem sabe, vem sentar ao seu lado e olhar, e estudar os Anais da Casa. Ele vai julgar o procedimento do seu pai que aqui esteve sentado, que aqui estudou uma Constituição, que analisou uma Constituição, a lei maior do Estado. E que quem sabe por interesses de comandos políticos, votou a favor da emenda e contra sua consciência. Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 39 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 43-70, que autoriza o Poder Executivo a criar as Escola Normal Estadual Colegial e a Escola Técnica de Comércio de Alto Piquiri no Município do mesmo nome, para funcionarem a partir de 1972. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 43-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Normal Estadual Colegial e a Escola Técnica de Comércio, no Município de Alto Piquiri, para funcionarem a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.4.71.

aa) **Cândido Manoel Martins de Oliveira** — Presidente

Wilson Brandão — Relator

Maurício Fruet

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 312-70, de autoria do dep. Tulio Vargas, fica denominado "Jataí de Alcântara", o atual Município de Jataizinho. — Parecer favorável da C.C.J. — com **EMENDA**. — **Aprovados projeto e emenda.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178-70, de autoria do dep. Eurico Batista Rosas, que proíbe a aquisição de veículos automotores das categorias "Luxo", Esporte e de procedência estrangeira, para o serviço Público Estadual e Órgão da Administração indireta e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 5-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 14-71, que aprova convênio celebrado em 28 de outubro de 1970, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Agricultura, o Ministério de Agricultura através de sua Diretoria no Estado, a Companhia Agropecuária de Formento Econômico e o

Banco do Estado do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142-70, de autoria do dep. Olívio Belich, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal a Francisco Distefano Gracia, e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 142-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a conceder pensão mensal, no valor estipulado em Lei, à FRANCISCO DISTEFANO GRACIA, filho de Elpidio Distefano Gracia, residente e domiciliado em São João do Triunfo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de julho de 1970.

a) **Olívio Belich**

JUSTIFICATIVA:

• **ELPIDIO DISTEFANO GRACIA**, prestante cidadão, iniciou sua vida pública na revolução do ano de 1930, na Polícia Militar do Estado, dando baixa como cabo. Fixando residência em São João do Triunfo, foi nomeado secretário da Prefeitura Municipal e, graças à sua competência e dedicação, chegou a exercer o cargo de Prefeito Interino, nomeado pelo, então, interventor **MANOEL RIBAS**. Como delegado de Polícia, prestou relevantes serviços à comunidade, ao ponto de, em certa ocasião, após pedir exoneração, por motivos de saúde, atendendo veementes apêlos, permaneceu no cargo, mesmo com sacrifício pessoal. No exercício do cargo de delegado, tendo ciência da fuga de perigosos presidiários da Penitenciária do Estado e notícia de que se haviam refugiado em São João do Triunfo, não vacilou em embrenhar-se nas matas do Município, acompanhado pelos dois únicos soldados componentes do destacamento policial, dando caça aos perigosíssimos fugitivos. Depois de ininterrupta e prolongada perseguição, ocorreu o encontro entre fugitivos e perseguidores, travando-se forte e prolongado tiroteio. Vencido pelo esgotamento físico e nervoso, o delegado **ELPIDIO DISTEFANO GRACIA**, ao constatar que matara um dos foragidos, retornou da diligência completamente louco. Tão grave era a sua debilidade mental que a família foi obrigada a interná-lo no Hospital Nossa Senhora da Luz, em Curitiba, onde permaneceu cerca de três a quatro meses e de onde saiu em estado de coma vindo a falecer em 14 de outubro de 1939, deixando viúva e 3 (três) filhos que passaram a viver às expensas de familiares.

A pensão que o Plano de Lei pretende atribuir ao filho de um herói esquecido se faz necessária para assegurar a sobrevivência de quem se encontra incapacitado para o trabalho e incapaz de, pessoalmente, encontrar solução que lhe possa assegurar condições de vida menos humilhante. O valor da pensão proposta, por sem dúvida insuficiente, ao menos traduzirá o propósito humanitário do Poder Legislativo em auxiliar quem realmente necessita e realçar a lembrança agradecida do Governo do Estado a um seu servidor dedicado que soube honrar e dignificar o cargo que lhe foi confiado.

COMISSÃO D E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 142-70

AUTOR: Deputado Olívio Belich

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal a Francisco Distefano Gracia.

PARECER

O Plano de lei vem articulado e devidamente justificado, na conformidade com o que dispõe o Regimento Interno.

Não conflita com quaisquer dispositivos de ordem constitucional, ou de ordem legal, pois trata-se de lei autorizatória.

Assim sendo, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Acyr José

Odilon Reinhardt

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues Júnior

Cândido Manoel Martins de Oliveira

Muggiatti Filho

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 142-70.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo conceder uma pensão mensal a Francisco Distefano Gracia e dá outras providências.

PARECER

A presente propositura vem articulada e devidamente justificada, tudo de acordo com o Regimento Interno.

Por outro lado não conflita com qualquer dispositivo de ordem financeira.

Nosso parecer portanto é pela sua aprovação

Parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 29.04.71.

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Santos Lima

Maurício Fruct

Ovídio Franzoni

Paulo Poli

O SR. PRESIDENTE — Está Presidência tem a satisfação de anunciar a presença em Plenário do sr. ex-deputado Jorge Maya.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 60-71. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao sr. Antônio Alves de Oliveira Neto. — Aprovado.

Esta Presidência tem a honra de anunciar a presença em Plenário de S. Exa. o Prefeito Municipal de Curitiba, sr. Bertilho Bot.

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Diretor do Departamento Estadual do Trânsito no sentido de que seja instalado um se-

máforo na confluência das ruas Nossa Senhora Aparecida e esquina da rua General Mário Tourinho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente ao sr. Ministro de Agricultura, para que observe, quanto ao novo preço do trigo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja enviado sugestões deste Poder Legislativo ao sr. Governador do Estado, para que seja incluído no plano de expansão da COPEL, a extensão da rede elétrica aos Distritos de Palmeirinha, Turvo e destes aos municípios de Pitangas e Manoel Ribas. — **Aprovado.**

Requerimento, de autoria do sr. deputado Ovídio Franzoni, constante do Expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 30 sessões, do Projeto de Lei n.º 178-70. — **Aprovado.**

A Presidência científica aos srs. Deputados que foram apresentadas três emendas à Proposta de Reforma Constitucional, de números 13 a 15, de autoria do sr. deputado Xenofonte Villanueva.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 17, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 224-69;

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 5-71;

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142-70;

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148-70.

Levanta-se a sessão.